

# Alfabetização além da disputa

*A proposta é deixar de lado  
a polêmica entre enfoques e  
discutir o que realmente funciona  
no ensino da leitura e da escrita*

Texto WELLINGTON SOARES ■ Design ALICE VASCONCELLOS  
Edição RODRIGO RATIER



**A** controvérsia é velha. Você deve conhecê-la: na hora de alfabetizar os alunos, qual caminho seguir? Há pelo menos 100 anos essa é uma das mais fortes polêmicas da Educação. Não só aqui: vários países registram versões mais ou menos estridentes da disputa entre formas de ensinar a ler e escrever. Começou nas primeiras décadas do século passado, com a briga em torno do melhor método. Ganhou novos contornos a partir dos anos 1980, quando as investigações de Emilia Ferreiro trouxeram valiosas informações sobre como as crianças refletem sobre a escrita. O marco é o lançamento de *Psicogênese da Língua Escrita* (Ana Teberosky e Emilia Ferreiro, 300 págs., Ed. Artmed, tel. 0800-703-3444, 79 reais). “O debate deixa de ser sobre atividades externas ao aluno e passa a considerar como ele pensa”, diz Ana Paula Dini, doutoranda em Educação e Linguagem pela Universidade de São Paulo (USP) e professora da rede particular da capital paulista.

Ao longo dos anos, os métodos rígidos, com apenas um caminho, foram superados entre os especialistas. Porém, eles continuam vivos em várias salas de aula. Muitas vezes de forma escondida, um pouco envergonhada, professores ensinam como aprenderam, recorrendo a atividades como a caligrafia e o uso de cartilhas. Num certo sentido, é algo esperado. “Para o professor não interessa a polêmica. Ele precisa ensinar e, para isso, recorre aos conhecimentos que possui e aos recursos que estão disponíveis”, explica Valdir Barzotto, professor da Universidade de São Paulo (USP).

Mesmo as contribuições de Ferreiro – terreno comum para perspectivas mais modernas, que embasam programas de formação continuada e propostas curriculares Brasil afora – acabam che-

gando à escola de maneiras distintas. Vem daí a discussão que opõe dois enfoques, que ficaram conhecidos como construtivista e letramento.

Em meio à disputa, perde a aprendizagem. Apenas oito em cada 100 brasileiros de 15 a 64 anos são plenamente capazes de se expressar com letras e números, segundo o Indicador de Alfabetismo Funcional, Inaf.

Para mudar essa estatística no futuro, é preciso agir agora. Quais são, afinal, as práticas mais adequadas para alfabetizar? Nas próximas páginas, explicamos o que funciona, o que comprovadamente não dá certo e o que ainda está sendo discutido. As diferenças entre as duas concepções modernas realmente existem, mas a prática de sala pode até se enriquecer contemplando atividades de ambas. Bandeira branca para que todos possam aprender a ler e escrever.

**A era dos métodos rígidos fracassou. Só 8% dos brasileiros são plenamente capazes de se expressar com letras e números.**

### Para ficar no passado

“**A**té a metade do século 19, todas as pessoas foram alfabetizadas do mesmo jeito”, diz Isabel Frade, diretora do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e coordenadora da equipe de especialistas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Primeiro, ensinavam-se as letras, depois juntavam-se as letras para formar sílabas e, só depois, a turma entendia que a junção de todos esses elementos poderia formar palavras. “Essas atividades eram sem sentido, porque demorava-se a chegar ao significado”, afirma Isabel.

Na virada para o século 20, novas propostas se dividiam em dois grandes grupos. O primeiro, dos métodos sintéticos, desenhava um caminho de ensino da parte para o todo, começando com a compreensão de unidades como a letra (método alfabético), fonema (método fônico) ou sílaba (método silábico). Um segundo grupo, o dos métodos analíticos, propunha a trajetória inversa: do todo para a parte, iniciando com o estudo de palavras (palavração), frases (sentenciação) ou do texto inteiro (método global).

Essas teorias chegavam aos professores de forma inflexível e fechada, o que trouxe problemas. Entre os métodos sintéticos, privilegiava-se a decifração, com os alunos memorizando sílabas (ba-be-bi-bo-bu) para depois tentar formar palavras ou frases descontextualizadas (“eu vejo a barriga do bebê”). Boa parte deles se focava em exercícios mecânicos e práticas hoje reconhecidas como ineficientes. Em comum: todas elas tratam o proces-

so de alfabetização como a aquisição de uma técnica, relacionada apenas às relações entre sons e letras (*veja o quadro à direita*). “São procedimentos lineares, seqüências de atividades que não preveem a participação ativa do aluno”, diz Regina Scarpa, diretora pedagógica da Escola Vera Cruz, na capital paulista. “A tarefa de escrita não é mecânica”, destaca Telma Weisz, pesquisadora do tema e idealizadora de diversos programas de formação de professores alfabetizadores.

Já entre os métodos analíticos, a crítica era a falta de reflexão sobre o funcionamento do sistema alfabético. Na busca exclusiva pelo significado do que estava escrito, dedicava-se pouco tempo ao estudo das relações grafofônicas – a ligação entre os sons da fala e suas possíveis grafias.

Para os especialistas, cresce o consenso de que é preciso trabalhar, ao mesmo tempo, tanto as unidades menores (investigar com quantas e quais letras se escreve uma palavra, e onde elas devem estar posicionadas) quanto os processos de compreensão e produção de textos (estudar as características de cada gênero – marcas de estilo, intenção de escrita e destinatário –, possibilitando à turma ler e escrever antes de dominar convencionalmente esses processos). É assim no Brasil e em outros países. Na França, o relatório Goigoux, uma enorme pesquisa com 2.800 alunos publicada no ano passado, ficou conhecido por propor o fim da “guerra dos métodos” ao comprovar a eficácia da combinação entre análise da língua e compreensão. E, nos Estados Unidos, a iniciativa Common Core State Standards, que detalha expectativas de aprendizagem para a Educação Básica, estabelece que alunos da primeira série devem saber reconhecer diferentes tipos de sílabas, mas também compreender a estrutura de uma frase e estar familiarizados com a organização de gêneros impressos para ler com fluência.

**Muitos métodos tradicionais se apoiavam em práticas mecânicas, como exercícios de coordenação, caligrafia e leitura de textos de cartilhas. A repetição – e não o raciocínio – era o foco do ensino.**

### Propor exercícios de preparação

A ideia de exercícios de coordenação motora do tipo ligue os pontos ou caligrafia caiu por terra. O domínio da coordenação para escrever letras e números deve se dar no ato de escrever esses sinais gráficos e não ao cobrir tracejados ou desenhar palitinhos.

### Apresentar alfabeto e famílias de sílabas

Primeiro, o ba-be-bi-bo-bu. Depois, o ca-co-cu. Essas unidades não precisam ser ensinadas numa ordem específica, supostamente mais fácil. O desejável é apresentá-las de acordo com a necessidade dos pequenos, como ao observar seus nomes ou títulos de livros.

### Esperar para produzir textos

No passado, as crianças só eram convidadas a tentar ler e escrever depois que já dominassem, em alguma medida, o sistema alfabético de escrita. As pesquisas indicam o contrário: é ao tentar ler e escrever – e ao pensar sobre essas ações – que os pequenos avançam.

### Usar materiais não autênticos

Cartilhas e pré-livros, criados apenas para o uso em sala, distorcem a forma como a linguagem escrita é usada. Textos com frases desconexas e sem sentido ("Ivo viu a uva", "O dado é de Didi") pouco ajudam a criança a compreender as práticas culturais de leitura e escrita.

### Relacionar letras com desenhos

O A é desenhado com os contornos de uma abelha. O B, na forma de duas bolas. Quando forçamos relações desse tipo, ignoramos a primeira descoberta que as crianças fazem sobre a língua escrita: a de que letras não são desenhos. É um tipo de prática que não considera o que os pequenos sabem.



### Para usar na sala de aula

**E**mília Ferreiro é uma unanimidade. “Sua psicogênese da língua escrita deve influenciar o trabalho de qualquer um que se volte para a alfabetização”, afirma Magda Soares, professora emérita da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Uma lição é confiar na capacidade das crianças, dizem Ferreiro e Ana Teberosky no livro *Reflexões sobre a Alfabetização* (104 págs., Ed. Cortez, tel. 11/3611-9616, 29 reais). Por exemplo: desde os 4 anos, antes de serem capazes de ler textos, elas possuem critérios para admitir se uma marca gráfica pode ou não ser lida – ou seja, distinguem letras e números de simples grafismos.

Todo esse aprendizado, explicam as autoras, começa antes mesmo da escolarização. Os pequenos aprendem interagindo com textos nas mais diferentes situações: em celulares e *tablets*, na televisão, ao observar livros existentes em casa e em outros momentos, como em agendas telefônicas ou observando placas com o nome de ruas. Novamente essa constatação tem espaço no ensino de muitos países. Para o Conselho Nacional de Educação da Finlândia, uma das razões de o país figurar no topo do ranking de avaliações internacionais como o Pisa é o fato de sua população ler muito (*veja reportagem sobre a importância da leitura na comunidade na página 51*). Os finlandeses

contam com uma excelente rede de bibliotecas públicas, a maioria das famílias assina ao menos um jornal e ler histórias para as crianças antes de dormir é uma tradição.

As descobertas sobre como as crianças aprendem também impactaram profundamente o trabalho em aula, tornando indispensável uma série de práticas (*veja o quadro abaixo*). Em geral, elas estão relacionadas à importância de fazer com que os pequenos reflitam sobre o sistema alfabético enquanto se inserem no mundo da cultura escrita – justamente a mescla de perspectivas que os especialistas defendem hoje.

Os estudiosos também concordam quanto à importância de se observar, durante todo o trabalho, como as crianças estão avançando em suas hipóteses de escrita: pré-silábica (o aluno conhece as letras, mas elas não correspondem ao que se fala), silábica (cada letra ou símbolo corresponde a uma sílaba falada), silábica-alfabética (ora se escreve atribuindo a cada sílaba uma letra, ora representando todo o fonema) e alfabética (o aluno entende que cada caracterer corresponde a um valor sonoro menor do que a sílaba). “O trabalho consiste em garantir que o aluno avance progressivamente de um nível para o seguinte”, defende Magda Soares, da UFMG.

#### Garantir acesso a diversos gêneros

Pesquisas recentes mostram que crianças aprendem sobre gêneros textuais e suas marcas (onde fica o título, possíveis relações do escrito com as ilustrações etc.) mesmo antes de se tornarem leitores proficientes. Ler e escrever, então, precisa fazer parte do cotidiano da sala em situações diversas, com a ajuda ou não do professor.

#### Utilizar o repertório dos alunos

Usando o que já sabem para buscar novos conhecimentos, os alunos avançam melhor. Uma possibilidade é recorrer a palavras conhecidas pela turma para descobrir a grafia de novas. O exemplo clássico é o da lista de nomes da classe. O “ca” de Carolina, por exemplo, pode ajudar a escrever casa, camelo e cachorro.

#### Realizar diagnósticos

Com sondagens, o professor identifica os níveis de escrita de cada um de seus alunos. Assim, consegue planejar quais as melhores intervenções para fazer com que as crianças aprendam. As ações podem ser de variados tipos ao mesmo tempo, já que os alunos costumam passar por trajetos diferentes de aprendizagem.

#### Iniciar o ensino pelas letras bastão

Também chamadas de letras de fôrma maiúsculas, elas são ideais para os alunos que estão começando a se questionar com quantas e quais letras se escreve uma palavra. Elas são mais simples e isoladas – ao contrário das cursivas, emendadas umas às outras. Quando não se preocupam com a caligrafia, os alunos refletem sobre o que realmente interessa.



Com a psicogênese  
da língua escrita,  
o aluno passou a  
ser visto como um  
participante ativo  
da aprendizagem.  
Todas as práticas  
partem dessa ideia.

Para um professor  
competente,  
ênfoques diferentes  
não aprisionam.  
Ao contrário,  
eles aumentam  
o leque de opções  
para ensinar.



## Para seguir investigando

**A** pesar de unidos pela referência à psicogênese da língua, o enfoque de inspiração construtivista e a perspectiva do letramento divergem quanto a um aspecto fundamental: a relação entre fala e escrita. Para os construtivistas, a língua escrita constitui um sistema de representação independente da fala. O ensino, então, não pode se basear apenas na relação entre os sons e as letras. “As crianças tomam consciência dessa relação como uma consequência do processo de compreensão da escrita”, diz Andrea Luize, coordenadora da pós-graduação em alfabetização do Instituto Superior de Educação Vera Cruz, em São Paulo.

Já para os adeptos do letramento, é necessário um ensino sistemático dessas relações. “Para que a criança avance, devemos orientá-la a prestar atenção na palavra como som, e como som que pode ser segmentado em sílabas, e sílabas que podem ser segmentadas em fonemas, estes, finalmente, representados por letras”, diz Magda Soares. “Talvez a principal diferença esteja no fato da ênfase que se dá à tentativa de leitura, no letramento, e a ênfase que se dá à tentativa de escrita, no outro enfoque”, diz Ana Paula Dini.

Se do ponto de vista teórico uma conciliação total parece distante – seria preciso questionar os princípios que fundamentam cada um dos enfoques –, a situação é bem menos radical em sala de aula. É verdade que, por causa de seus fundamen-

tos, as propostas para cada caminho divergem: para os construtivistas, muitos aspectos da língua escrita – como a orientação do texto, a sua organização em linhas, a diferença entre letras e outros sinais – são aprendidos pela criança por meio de seu contato com os materiais escritos. Já para a perspectiva do letramento, é importante reservar momentos em que as crianças os observem por meio de exercícios de identificação de sílabas em palavras, por exemplo.

Nesse momento, ainda não há pesquisas que indiquem uma clara vantagem de um dos lados. Os dois têm bons resultados, por exemplo, no 5º ano na Prova Brasil – os construtivistas em São Paulo, com o programa Ler e Escrever, e os defensores do letramento no Ceará, com o Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic). Para você, professor, o avanço é que nenhum dos enfoques nega o outro: embora a ênfase varie, os dois combinam atividades de reflexão sobre o sistema de escrita com outras que privilegiam a compreensão de textos em seu uso social. Em vez de aprisionar, eles aumentam o leque de opções para ensinar.

Conhecer profundamente as diferentes linhas de alfabetização é essencial. Primeiro para separar o que está ultrapassado do que funciona. Segundo, para escolher as práticas mais eficientes para cada aluno e cada ocasião. Na sua aula, o direito de aprender deve estar acima das disputas. ■

### Devemos buscar a alfabetização ou o letramento?

Uma parte da polêmica é puramente semântica. Para os construtivistas, um leitor e escritor proficiente é um sujeito alfabetizado, condição que se aprimora ao longo da vida. A alfabetização inicial é o momento em que a criança se debruça sobre o sistema alfabético de escrita. Não há separação entre esses dois processos. Na outra perspectiva, a proficiência é chamada de letramento, e a alfabetização é o começo da aprendizagem. A intenção é a mesma: formar pessoas capazes de atuar ativamente num mundo em que a escrita é tão importante. O letramento defende uma ênfase no ensino do sistema, mas sem abandonar as práticas culturais. No enfoque construtivista, a reflexão sobre o sistema ocorre quando os alunos pensam sobre as práticas culturais – via contato constante com textos em uso real.

### O que dizem as pesquisas sobre a relação entre fala e escrita?

Há estudos que mostram grandes diferenças entre as duas. Por exemplo: em algumas regiões do Brasil, é comum que se diga “andanu” em vez de “andando”. Esse tipo de irregularidade pode representar um problema ao se encarar a escrita como transcrição da fala. Os críticos dizem que a relação não é direta e tende a ser mais complexa. Por outro lado, também há investigações para demonstrar que a compreensão adequada entre letras e sons pode auxiliar na aquisição da autonomia de cada aluno diante da escrita, sobretudo durante a leitura, ênfase do letramento. Seria uma justificativa para um estudo sistematizado da relação fala-escrita. De todo modo, ainda não dá para afirmar qual perspectiva leva vantagem.